

O COMÉRCIO DA FARINHA DE MANDIOCA NO BAIXO SUL DA BAHIA E OS EMBATES ENTRE O GOVERNO, COMERCIANTES, AS CÂMARAS LOCAIS E A POPULAÇÃO PARA O LIVRE COMÉRCIO (1850-1870)

Gerluce Madureira Silva Uzêda

Mestranda em História Regional e Local (UNEB/V). Santo Antônio de Jesus/BA. Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

E-mail: gerluceuzeda@gmail.com

A proposta desta comunicação é mostrar parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento em que pretende analisar a ação de diversos personagens e instituições que questionavam o livre comércio como melhor forma de agir contras as crises de escassez da farinha de mandioca em Salvador. O objetivo é investigar as novas formas de discursos sobre o livre comércio dentro de uma realidade mercantilista que vigora na Bahia do século XIX. Estes embates sobre o livre comércio influenciam nas relações econômicas nas vilas do baixo sul?

As vilas de Camamu, Cairu e Boipeba estavam longe da disputa para produção do açúcar, seja motivado pela rápida monopolização do Recôncavo ou pelo custo elevado da empresa açucareira. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, em 1757, o conjunto da região é constituído de “gente pobre, escravos, forros velhos e miseráveis” (...) que se dedicavam ao cultivo da mandioca, posto que “com poucos escravos não faz conveniência lavrar canas e com menos de quarenta não pode engenho algum fabricar açúcar”. (1991, p. 130).

Estas vilas do baixo sul da Bahia desempenharam uma importante função, entre os séculos XVI a XIX, no abastecimento de Salvador e seu entorno. Fizeram parte de uma complexa rede desde o plantio da mandioca, na produção da farinha e no comércio entre as vilas com a finalidade de abastecer este produto em Salvador. Qualquer falha ocorrida neste processo à cidade de Salvador era acometida de diversas crises de escassez do produto e por consequência a inquietação popular pela falta do gênero no comércio baiano.

Esta imposição em produzir farinha nas vilas ocorre desde o século XVI. Primeiramente com a construção da fortaleza de Morro de São Paulo para proteção da

costa contra invasores que margeavam o litoral em busca do pau-brasil, logo após veio a necessidade de manter uma tropa contra as invasões holandesas. E por fim, abastecer Salvador e o recôncavo açucareiro.

Estas vilas alcançaram esta posição mais destacada a partir do século XVII com a forte pressão exercida pela Câmara de Salvador nas câmaras locais para a regularidade no fornecimento da farinha. O documento mais antigo encontrado que destaca esta importância na obrigação do envio da farinha de mandioca é o decreto na Câmara da cidade, conhecido como Conchavo das farinhas. O acordo obrigava as vilas de baixo a municiar as tropas e armadas portuguesas: 4500 alqueires de farinha para a Fortaleza de Morro de São Paulo, localizado na Ilha de Tinharé em Cairu, sendo 2000 alqueires vindos de Camamu, 1800 alqueires de Cairu e 700 alqueires de Boipeba. Este acordo confirma a importância da interferência política e administrativa na projeção da região para economia de abastecimento.

Para cumprir o acordo coube a Câmara de Salvador contratar um comissário que se encarregaria de negociar pessoalmente com as câmaras das vilas. Nas vilas, cabia aos oficiais das câmaras a cobrança junto aos lavradores locais e coibir a ação dos atravessadores ou açambarcadores, sob pena de serem presos e perder as terras.

As diversas cartas trocadas entre as Câmaras municipais das vilas e o Senado da Câmara em Salvador, reafirmam esta relevância, pois, o objetivo era manter este acordo além de taxar preços. Entretanto, as cartas também já identificavam as queixas dos produtores na obrigação no plantio da mandioca e aceitar os valores pagos que variavam entorno de \$320 réis o alqueire, enquanto que vendidas para outras praças este valor chegava a \$600 ou \$800 réis.

As crises de abastecimento e de escassez foram motivos para forçar uma nova negociação entre as câmaras para elevar o preço da farinha, ou seja, fica evidente que as vilas tinham objetivos bem marcados em defender o valor alto da sua mercadoria, sabendo que eles não tinham outro mercado para obter o produto.

No século XVIII, a situação sobre o abastecimento se torna um problema para o governo local e dentro de ações efetivas para sanar esta questão é a instalação do

Celeiro Público em 1785, pelo então governador D. Rodrigo José de Menezes, com o objetivo de solucionar as diversas crises de escassez dos gêneros alimentícios, principalmente a farinha de mandioca, que abalavam constantemente a população de Salvador e seu entorno. O autor Afrânio M. Simões Filho articula a tese sobre esta instituição e sua importância na economia mercantil e administração colonial. Ele afirma que:

A existência de um organismo central, a serviço da política de abastecimento, com a finalidade de fiscalizar a comercialização de farinha, feijão, arroz e milho e monitorar os estoques e as oscilações de preços, afetava diretamente a dieta alimentar da população urbana, o municiação da tropa e o sustento dos trabalhadores escravos ligados ao complexo agroexportador instalado ao redor do porto de Salvador. (SIMÕES FILHO, 2011, p. 1)

Todas as embarcações que saíssem das zonas produtoras de gêneros alimentícios eram obrigadas a passar pelo Celeiro, pagar a quantia de \$20 réis/saca de alqueire do produto e seguir viagem ao seu destino final. A princípio administrado por “homens bons”, em 1822 foi administrado pelo governo provincial e por fim pela Câmara Municipal em 1856 até o seu fechamento em 1866.

No começo da segunda metade do século XIX, a partir de 1857, Salvador torna-se palco de intensas discussões acerca destes preços praticados na aquisição de produtos básicos. As discussões sobre este tema era a certeza de conflitos de interesses entre os políticos contrários e favoráveis ao controle dos preços. A Câmara de Vereadores a Presidência da Província e Assembleia Provincial foram estes palcos de conflitos.

A Associação Comercial que representava os comerciantes da Praça de Salvador, a Assembleia Legislativa e a Presidência da Província defendiam a liberdade do mercado, enquanto que a Câmara Municipal e os seus vereadores acreditavam que a ideia de liberdade comercial iria provocar a ação e o monopólio dos atravessadores.

A ação dos atravessadores e mercadores que interferiram neste processo de circulação e do abastecimento foi sempre destacada entre os poderes. No Jornal da Tarde de 17 de fevereiro de 1857, uma nota assinada por “inimigo do monopólio”,

criticava os atravessadores estrangeiros que possuíam duas ou três tulhas, monopolizando o mercado da farinha.

Estas discussões levantam questões e projetos em curso do século XIX. Era uma sociedade que transitava entre a velha forma de governar e as novas ideias do livre comércio. Este liberalismo começa a ganhar força no final do século XVIII, quando se questiona a lógica destas proteções. As convicções nasciam influenciadas pelos princípios iluministas e na necessidade de libertar os indivíduos da ação coercitiva do Estado.

No Brasil essas ideias chegam a partir de 1764 com a influência de Adam Smith sobre alguns personagens da política brasileira como: Rodrigo de Souza Coutinho (Conde de Linhares) ajudou a moldar o destino entre Portugal e Brasil na vinda de D. João VI para o Brasil; José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu) – principal protagonista das ideias de Smith, Souza Coutinho contrata o filho de Silva Lisboa para preparar a tradução de “A riqueza das nações” em 1811. Na Bahia, temos os nomes de: José da Silva Ribeiro, comerciante de alimentos em Salvador e grande articulador em defesa da liberação do comércio da carne verde e da farinha e João Rodrigues de Brito juiz com estreita ligação com senhores de engenho e defensor do liberalismo.

Uma destas ações e embates entre os poderes públicos e a Associação Comercial para o livre comércio em 1858, acarreta o motim popular em meio às tensões chamado de “Carne sem osso e farinha sem caroço”. Um movimento que denota os conflitos vividos entre o Presidente da Província, João Lins Cansanção Sinimbu, vereadores da Câmara, comerciantes e a população que sofria a escassez do seu principal produto com o excessivo e indiscriminado aumento do preço da farinha nos armazéns espalhados pela cidade e principalmente no Celeiro Público.

Uma postura da Câmara Municipal de Salvador, com data de 12 de janeiro de 1857 estabelecia que a mandioca fosse vendida apenas em tulhas instaladas em determinados locais da cidade e no Celeiro Público. Nas tulhas municipais, sendo estas abertas em todas as freguesias da cidade. Pinto de Aguiar descreve a postura pelas palavras de Afonso Rui de Souza:

Com louvável propósito de pôr cobro à constante majoração do preço da farinha, a Câmara, em 16 de janeiro de 1857, para exercer melhor vigilância, votou uma resolução, localizada a venda daquele gênero nos barcos, no celeiro e nas tulhas municipais, sendo estas abertas em todas as freguesias da cidade. (AGUIAR, 1985, p. 61).

Esta intervenção visava disciplinar os comerciantes, controlar a ação dos atravessadores e o preço da farinha que oscilava durante o dia. A farinha que chegava pelos saveiros poderia ser desembarcada e vendida diretamente ao consumidor, sem a intervenção dos atravessadores.

Neste período tomava posse em agosto de 1857, como presidente da Província, José Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, um entusiasta das ideias de Adam Smith sobre o livre comércio. Este aprova a vigência da postura e pedia ainda que a administração do Celeiro Público ficasse a cargo da Câmara para coibir os abusos dos atravessadores e o monopólio do produto. Sinimbu tem estreitas relações com os comerciantes da Associação Comercial, e atendendo ao pedido, suspende a postura municipal em abril de 1857, até ser examinada pela Assembleia Provincial.

A Câmara Municipal reedita a postura sem o consentimento nem conhecimento do Presidente da Província, Sinimbu, e comunica a decisão de maneira direta, aquilo que invalida o liberalismo econômico. A postura assim comunicava:

(...) Exmo. Sr., a Câmara não mais podendo esperar solução de assunto propositalmente esquecido, resolveu cumprir a sua resolução, convencida de que é uma realidade a existência de um monopólio nos gêneros alimentícios e que este não pode ser destruído pela liberdade de comércio, porque nada vale esta liberdade quando não há e não se pode estabelecer a livre concorrência, por isso que esta só pode ter lugar onde se multiplicam as vias de comunicação, onde são mais fáceis e se tornam mais econômicos os meios de transportes, sem o que nada se pode conseguir, a menos que o Governo, os poderes

públicos tomem á sua conta essa concorrência. (Ofício da Câmara ao Presidente, 25/01/1858, APEB, Câmaras (1857-59), maço 1404).

As disputas tinham posições bem marcadas, de um lado uma visão intervencionista do mercado e paternalista do governo que resultava na escassez e conseqüentemente insatisfação da população. De outro lado, o liberalismo e a noção de que a lei de oferta e procura por si só iria regular os preços e beneficiar a população.

Segundo Reis e Aguiar este movimento tem motivações políticas para reestabelecer direitos, portanto, deve ser analisado de vários ângulos com uma relação de reciprocidade para legitimação do movimento. Segundo os autores ao citar a escrita de Manoel Ferreira, vereador presente nos conflitos, os manifestantes não se opuseram a uma abstrata doutrina do livre mercado, mas contra um poder provincial que, ao contrário do poder municipal, não estava respondendo a suas demandas por comida barata. Refletia no processo de reciprocidade e na construção da cidadania, no sentido de construção política dos habitantes (livres) através das instituições legítimas e no direito a comida barata (REIS e AGUIAR, 1996, p. 157).

Afirmam também os autores que este motim foi restauracionista porque já existia um movimento oculto nos pasquins espalhados pela cidade a noite pedindo a morte do presidente, ou seja, já existia uma crise instalada na Província com instabilidade política e de interesses que culminou no motim. Esta análise é factível, pois, o preço da farinha voltou a subir após a saída de Sinimbu e não houve outro conflito popular para combater a carestia aos preços praticados no comércio. Entretanto, Pinto de Aguiar aponta que em 1878 houve outra grande tensão social com a grave seca que assolou o nordeste e que poderia motivar uma nova revolta popular¹.

Para Katia Mattoso, a filosofia do abastecimento na capital metropolitana, tomaria desta época em diante um “caráter monopolista e açambarcador que o acompanharia até o final do século XIX” (MATTOSO, 1970, p. 257).

¹ Para maiores informações sobre esta grande seca ver: AGUIAR. Pinto de. Mandioca: pão do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

Para Ellen Ribeiro, a vulnerabilidade do sistema de abastecimento local, sujeito de um lado, ao déficit constante dos produtos alimentícios, devido à fragilidade de uma agricultura incapaz de suportar o sistema com o peso da demanda e, por outro lado, ao caráter especulativo e monopolizador de sistema de comércio vigente. (RIBEIRO, 1982, p. 50).

No que se refere a farinha vinda das vilas de baixo a produção não diminuiu, prova desta condição são os dados do ouvidor Baltazar da Silva Lisboa, no ano de 1799, entraram no Celeiro Público de Salvador 40 mil alqueires de farinha de Camamu e 30 mil alqueires da vila de Barra do Rio de Contas (Anais da BN v.36, p.115. Apud COSTA, 2016, p. 65). Segundo ainda o autor Alex Andrade Costa nos seus estudos, ao considerar o volume total de 288.611 alqueires que entraram no Celeiro, as duas vilas foram responsáveis, sozinhas, por quase 25% de toda farinha de mandioca que a capital da província recebeu naquele ano.

Esta quantidade poderia ter sido bem maior se considerarmos que muitos dos negócios eram feitos entre a vila e a chegada ao Celeiro, ou seja, nos barcos que intermediavam este produto. Os lancheiros sentiam-se incomodados com as taxas pagas e impelidos a solicitar uma efetiva ação do governo em diminuir a cobrança de tais impostos. Outra ação para desvio desta produção estava presente nos lavradores da região que buscavam realizar a venda da farinha diretamente para os negociantes de alimentos e traficantes de escravos.

Entre o fim do século XVIII e a metade do século XIX a produção de Camamu duplica, saindo segundo Costa de 40 mil para 80 mil alqueires. O comércio realizado para outras províncias como Rio de Janeiro, Pernambuco, Santa Catarina, Sergipe e Alagoas elevou o ritmo negociado entre os comerciantes, negociantes e produtores. O aumento populacional na Bahia fez crescer a produção e o consumo dos gêneros alimentícios, o movimento maior destes produtos serviu para ressaltar a importância destas regiões no fluxo do comércio abastecedor.

Entre 1850 e 1870 as interferências nas redes de comercialização dos gêneros se ampliam com a abertura da Praça do Comércio em 1811 por intermédio do Governador d. Marcos de Noronha e Brito. Eram trapicheiros, agricultores, comerciantes, ex-

traficantes que necessitavam empreender em outros setores, já que o fim do tráfico de escravos os impediam de negociar. Esta associação se destacou como a primeira entidade de classe do Brasil e a mais antiga das Américas. Em 1840, a Praça passa a ser chamada de Associação Comercial da Bahia, regida por estatutos próprios e com administradores que representavam uma entidade que se aliavam os interesses econômicos e políticos da Bahia do século XIX.

Os atravessadores ou açambarcadores que interferiam no abastecimento entre as vilas e Salvador era um tipo de negociante que atuava como espécie de testa de ferro dos comerciantes de porte e financiadores das transações comerciais inescrupulosas, a ação das autoridades frente a estes geralmente esbarrava na influência política que o segmento possuía (PINHO, 2016, p.217).

Na região de Camamu, segundo os estudos de Ellen Ribeiro, temos dois comerciantes que também são produtores de farinha: Raimundo Monteiro de Mattos e José Martins e Lima. Estes produziam entre a região da Barra do Rio de Contas e Camamu e enviavam sua produção para a capital da província. Segundo ainda a autora, estes comerciantes recolhiam a produção de farinha de pequenos produtores ou roceiros com o compromisso de vender. As críticas da presença deste tipo de negociante no comércio se refletiam na má distribuição e no aumento dos valores praticados por estes intermediários impondo um monopólio no comércio abastecedor.

Portanto, este mercado de abastecimento da farinha para Salvador se mostrava altamente irregular, monopolista e açambarcadora, sem perspectiva de priorizar a necessidade da população, vez que o lucro se impunha como meta prioritária, e a ação oficial não conseguia anular nem ao menos minimizar os efeitos da especulação (PINHO, 2016, p.225).

Fontes:

Conchavo das farinhas - Vol. VIII. série E p. 20-21; 137.

Carta do governador geral para as câmaras de Camamu, Cairu e Boipeba para o envio de 4.500 alqueires de farinha/mês.

Correspondência entre a Casa do Comércio, Praça do Comércio, Associação Comercial – 1840-1872: Maço 1580, 1580-1, 1580-2.

Correspondência recebida pela Câmara de Salvador – 1857-1859 Maço – 1404.

Jornais:

Diário da Bahia – entre 1857 a 1870

Jornal da Bahia – entre 1854 a 1866

Referências bibliográficas

- AGUIAR. Pinto de. *Mandioca: pão do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.
- FARIA JUNIOR, Carlos de. *O Pensamento Econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. 2008. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Associação Comercial da Bahia: 175 anos – Trajetórias e perspectivas*. 2. Ed. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado Bahia, 2011.
- GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530 – 1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.
- MATTOSO. Kátia M. de Queirós. *A Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretária Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- PINHO. José Ricardo Moreno. *Açambarcadores e famélicos: fome, carestia e conflitos em Salvador (1858-1878)*. Salvador: EDUNEB; Câmara Municipal de Salvador, 2016.
- REIS, João, AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. “*Carne sem osso e farinha sem caroço*”: *o motim de 1858 contra a carestia na Bahia*”. *Revista de História*. FFLCH/USP. n.135, 1996, p. 133-160.
- RIBEIRO. Ellen Melo dos Santos. *Abastecimento de farinha da cidade do Salvador – 1850-1870*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: UFBA, 1982
- ROSANVALLON. Pierre. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 1990.
- SIMÕES FILHO. Afrânio Mário. *Política de abastecimento na economia mercantil: celeiro público da Bahia (1785-1866)*. Tese de Doutorado em História. Salvador: UFBA, 2011.
- SOUSA. Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019